

# Política

CONSTITUINTE

A batalha entre o Centrão e as esquerdas está agora concentrada em uma só questão: a possibilidade de desapropriação de terras produtivas, incluída nas emendas do relator Cabral e do PMDB. O Centrão se armou para eliminar esse item enquanto o senador Mário Covas garantia que terá votos para mantê-lo

# Reforma agrária: dia decisivo.

Os constituintes esperam para hoje uma definitiva batalha entre o Centrão e os setores de esquerda na questão da reforma agrária. Os líderes do Centrão insistem em não aprovar o texto do relator Bernardo Cabral, se as esquerdas não concordarem em aceitar o destaque para votação em separado do ponto principal das divergências e que já paralisa a Constituinte há uma semana: o que permite a desapropriação de terras produtivas.

A disputa será ganha, portanto, pela parte que apresentar melhores argumentos para a interpretação do regimento interno. O Centrão quer se valer do destaque para votação em separado para excluir da proposta do relator a parte final do parágrafo único do artigo 219, que desapropria para fins de reforma agrária a propriedade produtiva que não atender à função social, segundo "critérios e graus" a serem estabelecidos por lei. "Esse é o gargalo da questão", resumiu ontem o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), um dos líderes do Centrão.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, não aceita a possibilidade de um destaque de votação em separado. Ele pondera que isso colocaria as esquerdas em desvantagem e garante não estar impressionado com as ameaças do Centrão de não aprovar o texto de Cabral: Covas diz que já conta com os 280 votos necessários e que a reforma agrária não ficará de fora da nova Carta.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reconhecia ontem que o destaque pretendido pelo Centrão é questionável, mas que não se manifestaria contrariamente. "O assunto poderá ser resolvido por deliberação das lideranças partidárias", contornava Ulysses durante o dia inteiro em que permaneceu em reuniões com líderes do PMDB e do Centrão.

Na longa conversa que manteve com Covas, Ulysses confirmou que é favorável ao destaque em separado, desde que haja um acordo e desde que a exigência de 187 assinaturas seja respeitada. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) recomenda outra conduta às esquerdas: garan-

tir a aprovação do substitutivo de Cabral e depois derrotar o destaque em separado do Centrão.

## Estratégias

As lideranças do governo já começaram ontem mesmo a definir uma estratégia para substituição de partes da proposta do relator Cabral — e com a autorização do próprio presidente Sarney. O articulador destacado é o deputado Carlos Sant'Anna, que manifestava sua preocupação com as expressões utilizadas por Cabral para definir terras produtivas e improdutivas.

Segundo o entender do governo, terra produtiva é a que cumpre sua função social: não há necessidade, portanto, das ressalvas introduzidas por Cabral, que prevê o mecanismo da desapropriação quando existir inobservância do dispositivo. Sant'Anna, contudo, não quis adiantar a estratégia a ser adotada pelas lideranças do governo: disse apenas que se empenhará pessoalmente na retirada de algumas expressões utilizadas no texto e na defesa da propriedade produtiva.

Com esse objetivo, o Centrão apresentou, no final da noite de ontem, dois pedidos de destaque para votação em separado — ambos para suprimir do texto do relator e do texto da emenda coletiva expressões que possibilitem a desapropriação.

Sarney conversou demoradamente sobre o assunto também com o líder do PFL, deputado José Lourenço, que saiu do Palácio do Planalto com uma idéia clara sobre a estratégia de votação. Para Lourenço, será muito simples: primeiro, votar o destaque no qual o relator dá margem à desapropriação da terra produtiva. A seguir, decidir sobre a proposta integral da reforma agrária. Tudo isso, conforme a previsão de Lourenço, pode acontecer a partir de hoje. Mas as esquerdas insistem que o destaque em separado só pode ser oferecido ao texto básico — ou ao projeto da Sistematização ou o substitutivo do Centrão; e ambos já foram rejeitados. O Centrão contra-argumenta: diz que o texto que se apresenta agora é, na verdade, uma fusão de emendas, o que significa um novo texto básico e que, portanto, cabe o destaque.



Covas com seus vice-líderes

## A emenda do PMDB

Art. 219 — (...)

**Parágrafo único** — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação, nos termos do artigo 218.

## A emenda de Cabral

Art. 219 — (...)

**Parágrafo único** — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social, cuja inobservância permitirá a sua desapropriação, nos termos do artigo 218.



Caiado: "Não vamos aceitar voto irrefletido".

## O corte do Centrão

Art. 219 — (...)

**Parágrafo único** — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social.

## O corte do Centrão

Art. 219 — (...)

**Parágrafo único** — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

## Caiado cobra o voto dos omissos

Além dos mil lobistas da União Democrática Ruralista — UDR que já estavam em Brasília, mais dois mil eram esperados entre ontem e hoje para um último trabalho de convencimento sobre os constituintes. Eles trabalham contra o substitutivo Bernardo Cabral e a emenda coletiva da liderança do PMDB, que tornam possível a desapropriação das terras produtivas que não cumpram função social. Entre os que chegaram na última hora, veio o que a entidade classifica como seu "pessoal de peso": prefeitos e vereadores.

Cesmar Moura, coordenador geral da UDR, avaliou entre Cz\$ 50 e Cz\$ 70 milhões os gastos na movimentação em torno da votação da reforma agrária na Constituinte, nos últimos dez dias.

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que ontem preferiu ficar reunido com a cúpula da entidade, só apareceu no Congresso no início da noite, para reafirmar a disposição do Centrão de votar contra a desapropriação das terras produtivas. E para lançar uma ameaça e uma advertência aos constituintes: "Hoje não vamos mais aceitar o omissos nem o voto irrefletido. Essa votação terá um significado único para o País, pois viabilizará ou decretará a morte no campo". Caiado está convencido do acerto da mudança de tática ao desistir da apresentação da emenda coletiva em favor do destaque para votação em separado.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag e outras 13 entidades defensoras da reforma agrária enviaram cartas aos constituintes assinalando que acompanhavam atentamente as votações. Naturalmente, pediam apoio às emendas favoráveis à reforma.